

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.485.068 - ES (2019/0102284-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : TRISTAO MADEIRAS LTDA
ADVOGADOS : ANDRÉ LOUREIRO GARDI SILVA - ES021389
LUCAS CARDOSO MAIA E OUTRO(S) - ES021163
AGRAVADO : MARLENE PINTO FRAGA
ADVOGADO : CLECIANE DA COSTA FREITAS SOUZA - ES017869

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DE DANOS. OBRA INACABADA. RESPONSABILIDADE DA RÉ CONFIGURADA. ALTERAÇÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. APROVEITAMENTO PARCIAL DO SERVIÇO. INOVAÇÃO RECURSAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. REDIMENSIONAMENTO DA SUCUMBÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que a reforma do telhado do imóvel da autora ficou inacabada, sem que tenha a ré comprovado que deixou de cumprir o contratado porque foi impedida, pela autora, de entrar no local da obra ou que parte do serviço poderia ser aproveitada. Por essa razão, foi a ré condenada a devolver todo o valor que foi pago, além de arcar com indenização por danos morais.

2. Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

3. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do aresto estadual atrai, por analogia, a incidência do óbice da Súmula 283/STF.

4. *"Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca"* (Súmula 326/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator